



Rogério Mori*

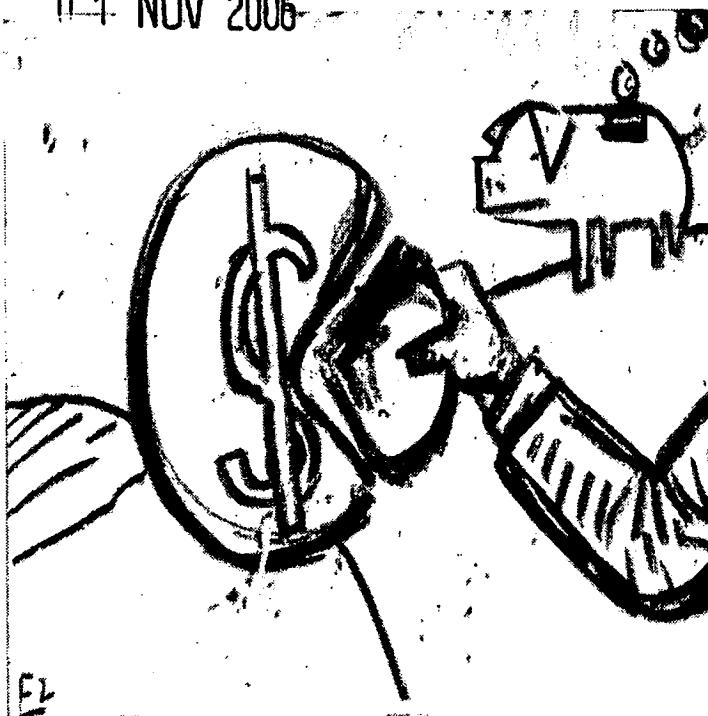
Economia Brasil

GAZETA MERCANTIL

Como seria dar fim à era Palocci?

Uma conotação positiva seria uma política de cortes de gastos públicos

01 NOV 2006



Os mercados foram abalados nesta semana pelas declarações de autoridades do governo de que a "era Palocci" estaria-se encerrando. A identificação do ex-ministro da Fazenda com a ortodoxia na política econômica fez com que a leitura dessas declarações fossem diretamente associadas como uma guinada para a heterodoxia. A partir disso, o questionamento subsequente do mercado financeiro foi acerca de onde viriam as mudanças: do lado da política monetária, com o fim do regime de metas para inflação (ou uma reforma do mesmo que sancionasse um patamar de inflação mais elevada)? Viriam essas mudanças do lado da taxa de câmbio, com alterações impostas no mercado no sentido de promover a depreciação da moeda brasileira frente ao dólar? Ou viriam do lado fiscal; com um afrouxamento do superávit primário (ou alguma mudança metodológica no cálculo desse resultado que, na prática, representaria a mesma coisa)?

Em outro contexto, provavelmente esse tipo de declaração não teria efeitos significativos. No entanto, em um momento em que se encerram as eleições e o governo busca traçar um futuro mais promissor no bojo das suas declarações, querendo reforçar a prioridade no desenvolvimento econômico, qualquer desvio gera um mar de incertezas. Esse fenômeno é naturalmente amplificado dado o contexto de dúvidas colocadas nessa transição quanto ao destino na política econômica nos próximos quatro anos. Não sem razão, a Bolsa de Valores e os mercados de juros e câmbio responderam a

isso com um mau humor típico de quem sente que há algo estranho no ar.

Em face desse quadro, o presidente da República e várias autoridades saíram a campo reforçando que o eixo da ortodoxia na política econômica seria mantido, sem mudanças de orientação da mesma. Na prática, o esforço do governo nesta semana foi no sentido de reafirmar que nada mudaria.

De fato, a "era Palocci" antecede a gestão do ex-ministro da Fazenda e foi mantida mesmo quando esse deixou o cargo. A ortodoxia do lado da política econômica antecedeu o governo Lula e parece que irá atravessá-lo de forma relativamente incólume. Do ponto de vista dos críticos em geral, a ortodoxia é vista como um dos limitadores do crescimento econômico brasileiro, ao sancionar elevadas taxas reais de juros, em um ambiente de carga tribu-

tária elevada (e em ascensão) e uma política cambial que penaliza o setor produtivo do País.

Na verdade, o fim dessa "era" poderia ser identificado como algo positivo se fosse associado não ao fim da ortodoxia, mas sim ao fim da estratégia fiscal de geração de resultados primários expressivos, baseada, única e exclusivamente, na elevação da carga tributária e nos níveis de arrecadação. Essa estratégia foi iniciada a partir do Programa de Estabilidade Fiscal em fins de 1998 e rigorosamente mantida no governo atual. Em outras palavras, o ajuste fiscal brasileiro foi consolidado da pior forma possível, através do aumento da carga tributária e, predominantemente, através do aumento de tributos indiretos, cuja perversidade do ponto de vista da distribuição da renda é amplamente reconhecida.

À medida que não houve

ajuste do lado dos gastos públicos (na verdade esses seguiram crescendo a um ritmo robusto), a participação do setor público na economia seguiu ampliando ao longo dos últimos anos.

Nesse sentido, uma conotação positiva a essa idéia poderia ser associada não ao fim da ortodoxia, mas a uma mudança estratégica do ponto de vista fiscal, com a construção de resultados primários robustos não pela ampliação da carga tributária, mas sim pelo corte de gastos públicos. Tal estratégia abriria espaço para uma recomposição da demanda agregada em favor do setor privado, com ampliação do investimento produtivo e do consumo das famílias, sem a geração de pressões inflacionárias expressivas. Esse fenômeno também permitiria uma redução gradual da taxa de juros ao longo do tempo, uma vez que o ajuste fiscal seria consolidado de forma consistente e seriam eliminados os riscos associados à dinâmica da dívida pública.

Tal fato também permitiria que a taxa de câmbio deslizasse de forma gradual, depreciando-se de forma moderada ao longo do tempo.

Infelizmente, essa temática foi tratada de forma extremamente superficial no debate eleitoral ao longo dos últimos meses e praticamente "morreu" no nascedouro. Em função disso, o mercado ainda vive assombrado e soluça a cada menção de mudanças na política econômica que possam ser interpretadas como o fim da ortodoxia.

* Professor e coordenador do Centro de Macroeconomia Aplicada (Cemapa) da FGV/EESP. Próximo artigo do autor em 22 de novembro